

EDMUNDO MERCER

Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

O Brasil finalmente retoma o caminho do crescimento econômico. Vários indicadores demonstram essa realidade. Depois do extraordinário impulso revelado pelo agronegócio, agora é a própria indústria que apresenta fortes indicadores de expansão da produção na grande maioria dos setores. O comércio também exibe indicadores positivos, embora com menor intensidade em razão do ainda pequeno nível de renda da maioria dos consumidores.

O motor principal dessa curva de crescimento são as nossas exportações. Elas vêm aumentando consistentemente em volume e valor nos últimos anos. Em 2003 atingimos US\$ 72 bilhões e, neste ano, já há previsões apontando para a inédita marca de US\$ 90 bilhões. O saldo comercial externo — que no ano passado chegou a US\$ 23 bilhões — em 2004 poderá alcançar a cifra de US\$ 30 bilhões, algo igualmente sem precedentes.

Esses e outros números chamam a atenção para o dinamismo e o potencial de crescimento da economia brasileira. Depois de um notável esforço do governo Lula para preservar a estabilidade econômica, inclusive resistindo a fortes pressões para mudanças de rumo, as forças da produção convenceram-se de que essa decisão estratégica era para valer. Por isso, lançaram-se com determinação no caminho das exportações, aumentando nossa presença nos mercados tradicionais e, sobretudo, conquistando posições crescentes em novos mercados. O caso da China é o mais ilustrativo de todos.

Um dos setores capazes de responder com alto índice de geração de renda e empregos é o da mineração. Os produtos minerais são a base de todos os produtos industriais. Por isso, eles precisam acompanhar a nova onda de crescimento da economia nacional, sob pena de ficarmos na dependência de importações que viriam a reduzir nosso saldo de divisas. Para acompanhar essa forte demanda doméstica, é também a de fora, a mineração necessita, em condições de preço e competitividade internacionais, fundamentalmente de dois fatores básicos: disponibilidade de energia e moderna infraestrutura de transportes, que facilitem o escoamento dos produtos minerais com rapidez e eficiência.

Todavia, uma grave ameaça paira sobre esse cenário tão auspicioso. São, sobretudo, os gargalos de nossa infra-estrutura, de nossa logística. O trinômio rodovias-ferrovias-portos está clamando por urgentes investimentos. Se estes não forem feitos, e a curto prazo, todo o futuro da economia brasileira poderá sofrer grave retrocesso. Na geração de energia, remanescem, também, conforme destacam os investidores, pontos não adequadamente resolvidos no plano regulatório, além da necessária remoção de obstáculos burocráticos na liberação de projetos do setor privado. Tempo demasiado perdido no exame desses projetos por parte dos órgãos ligados ao meio ambiente tem constituído enorme constrangimento para esses investidores, que querem aplicar recursos nessa área vital para o crescimento sustentado e prolongado da economia brasileira.

No caso dos transportes, é gritante a falta de investimentos. Somente nas ferrovias,

apesar dos R\$ 4 bilhões já investidos pelas concessionárias, entre 1996 e 2003, e os mais de R\$ 2 bilhões que estão sendo por elas aplicados este ano, é indispensável o Brasil investir mais R\$ 11,3 bilhões até 2008. Desse montante, R\$ 7,1 bilhões deverão caber ao setor privado e R\$ 4,2 bilhões à União. Pois enquanto as concessionárias estão cumprindo suas metas, o poder público não tem marcado presença. De uma meta de R\$ 1 bilhão por ano, o governo só destinou, nesta altura de 2004, apenas R\$ 45 milhões para o setor ferroviário. Quanto às rodovias, nem se fale.

Esse quadro enche de apreensão o setor mineral. Sabemos que os projetos nessa área são, em geral, de grande vulto e longo prazo de maturação. Se o investidor, além dos riscos naturais da atividade minerária, não vislumbrar uma perspectiva segura de oferta de energia e transporte para a fase de produção das minas, certamente se retrairá na decisão de investir. E isso causará ao país incalculáveis prejuízos na geração e manutenção de empregos, renda, tributos e qualidade de vida.

Um dos instrumentos que estão sendo estudados para superação desses gargalos é o projeto das Parcerias Público-Privadas. É urgente que o Congresso Nacional chegue a uma conclusão quanto aos diversos pontos polêmicos do projeto, para que o mesmo possa ser rapidamente votado. Muitos investimentos em infra-estrutura, especialmente em energia e transportes, poderão ser viabilizados pelas chamadas PPPs. O país tem pressa e, acima de tudo, fome de investimentos, que têm se mostrado reduzidos, perigosamente, nos últimos anos. É hora de decisão.